

Proposta de Lei n.º 38/XV/1.^a
(Aprova o Orçamento de Estado para 2023)

Proposta de Aditamento

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA apresenta a seguinte proposta de aditamento:

TÍTULO

Disposições gerais

CAPÍTULO VII

Operações ativas, regularizações e garantias

Artigo 89.º- A

Liquidação dos pagamentos em atraso na Cultura

No primeiro trimestre de 2023 o Governo dá início à criação de um plano para liquidação dos pagamentos em atraso e dívidas do Ministério da Cultura, com vista ao pagamento integral das dívidas ou através da celebração de acordos de pagamento com as entidades e fornecedores em causa.

Nota Justificativa:

Tendo em conta os dados disponibilizados pela Direção-Geral do Orçamento (DGO)¹, no que concerne aos serviços e entidades da Administração direta e indireta do Estado cujo Prazo Médio de Pagamentos (PMP) é superior a 60 dias, encontramos em primeiro lugar isolado a Gestão Administrativa e Financeira da Cultura, isto é, o Ministério da Cultura.

¹ https://www.dgo.gov.pt/execucaoorcamentar/ProgramaPagarATempoEHoras/PMP60_3Trim2022_AC-AR.pdf

Aquilo que nos apresenta a Direção-Geral do Orçamento (DGO) é um cenário sem igual noutro qualquer Ministério, não só pelo tempo médio que leva a realizar pagamentos (que excede os dois anos), mas principalmente porque este prazo médio tem mesmo vindo a aumentar de trimestre em trimestre.

No quarto e último trimestre de 2021 o Prazo Médio de Pagamentos era de 721 dias. Já no presente ano de 2022, relata a DGO os seguintes dados em relação aos 3 primeiros trimestres sendo que o 4º e último ainda não terminou: 1º trimestre 2022 – 755 dias; 2º trimestre 2022 – 758 dias; 3º trimestre de 2022 – 797 dias.

Face a este cenário, compreende-se que muitas empresas, entidades ou serviços pura e simplesmente não queiram realizar trabalhos para o Ministério da Cultura. E aquelas que neste momento aguardam pagamentos, podem mesmo encontrar-se em situações de enorme fragilidade por dificuldades de liquidez.

Estamos então perante um Ministério que reiteradamente incumpra a legislação em vigor. Esta situação representa uma total incúria e negligência por parte do Estado, que é absolutamente intransigente na cobrança de impostos e pagamentos sobre os cidadãos e empresas, mas que por sua vez não respeita os mesmos quando é ele o devedor.

Assim sendo, considera o CHEGA urgente o Governo iniciar em 2023 a liquidação dos pagamentos em atraso no Ministério da Cultura.

São Bento, 10 de novembro de 2022

O Grupo Parlamentar do Partido CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes – Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias -
Rui Afonso - Rui Paulo Sousa